

O BLOCO NÃO DESISTE DE UM ORÇAMENTO DO ESTADO QUE RESPONDA AO PAÍS

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

2 OUTUBRO 2021



No debate do Orçamento do Estado para 2022, o Bloco assume quatro áreas de intervenção prioritárias: saúde, trabalho, segurança social e crise energética. Em cada uma destas áreas, o Bloco empenha-se na negociação de medidas que respondam a problemas estruturais que, existindo em muitos casos antes da pandemia, foram por esta agudizados. O próximo Orçamento terá de garantir avanços onde o anterior, apresentado pelo governo do PS e viabilizado por PCP e PAN, apenas trouxe retrocesso ou estagnação.

1.

O extraordinário sucesso da campanha de vacinação, que protege o país e pelo qual o SNS é o primeiro responsável, não esconde o muito que ficou por fazer no SNS. Ao longo do último ano, antes e depois da aprovação do último Orçamento, profissionais e utentes alertaram reiteradamente para a impossibilidade de travar a pandemia e simultaneamente garantir os cuidados não-Covid com os recursos existentes. Esse alerta, ao qual o Bloco deu expressão política, foi ignorado pelo governo.

A dramática consequência desta opção mede-se nos milhões de consultas, tratamentos ou diagnósticos que foram adiados ou ficaram por realizar. A meta de cobertura plena da população com médico de família, prometida para 2017, foi abandonada e há mesmo um recuo significativo nos últimos anos. Este ano, há mais de um milhão de utentes sem médico de família e o último concurso não cumpriu sequer os objetivos modestos a que o governo se propôs: 40% das vagas para médicos de família ficaram por preencher, na região de Lisboa e Vale do Tejo foi mais de metade das vagas. Os concursos para as especialidades hospitalares não tiveram melhores resultados. O sucesso do combate à pandemia não pode ser feito à custa dos restantes cuidados de saúde e da exaustão dos profissionais do SNS.

Só será possível inverter esta realidade com um programa de restabelecimento dos cuidados não-Covid. Este programa deve começar pelos cuidados de saúde primários e pela fixação de profissionais no SNS, pela conjugação de medidas há muito adiadas - valoriza-

ção das carreiras e regime de dedicação exclusiva; plano para internalizar no SNS os meios complementares de diagnóstico e terapêutica sob convenção; autonomia das instituições para que as contratações e os investimentos não fiquem sempre dependentes do Ministério das Finanças; generalização das Unidades de Saúde Familiar; aumento do número de vagas formativas para medicina geral e familiar na região de Lisboa e Vale do Tejo; contratação de psicólogos para todos os agrupamentos de centros de saúde. O Bloco reitera o seu compromisso com a proteção do SNS, ao qual dará expressão na negociação do Orçamento do Estado.

2.

À insegurança laboral existente, a pandemia somou novas formas de precariedade e desproteção. Esta realidade significou uma dupla penalização de setores que eram já muito vulneráveis: os precários foram os primeiros a ser despedidos, logo no início da pandemia, mas a desregulação do trabalho significou também penalização no acesso aos apoios sociais e a remissão para apoios extraordinários temporários, com valores muito baixos e entretanto descontinuados, ou subordinados a uma condição de recursos que exclui a esmagadora maioria.

A prioridade anunciada pelo governo de apoio à família e combate à pobreza infantil não será bem sucedida sem uma intervenção no campo do trabalho e sem uma reforma das prestações sociais e das suas condições de recurso que garanta abrangência e que valorize as crianças. Hoje, no acesso a prestações de combate à pobreza, o cálculo da condição de recursos do agregado familiar contabiliza cada criança como 0,5 e as pensões de alimentos são contabilizadas como rendimentos de toda a família, inflacionando artificialmente os rendimentos disponíveis e diminuindo o valor dos apoios.

O Bloco de Esquerda bater-se-á por uma reforma das prestações sociais que determine que nenhum membro do agregado familiar pode ficar abaixo da linha de pobreza e que considere as crianças por inteiro.

3.

À timidez das respostas sociais, o Governo somou a indisponibilidade para medidas que respondam aos problemas estruturais do trabalho. A manutenção das “leis da troika” no Código do Trabalho - da redução do pagamento das horas extraordinárias ao embaratecimento dos despedimentos - pressiona para a baixa dos salários.

A par disso, nenhuma das 64 propostas apresentadas pelo Governo na concertação social é eficaz face à precariedade, à desregulação laboral ou à estagnação dos salários. Pelo contrário, além de um conjunto de intenções não concretizadas ou do cumprimento com atraso de medidas já prometidas, as alterações ao período experimental ou às plataformas digitais revelam-se particularmente lesivas para milhares de trabalhadores, em particular para os precários e desempregados.

Por outro lado, o PS continua a rejeitar alterações a qualquer aspecto do enquadramento legal dos despedimentos. Nem sequer foi aceite pelo PS a abertura da possibilidade de contestação da licitude do despedimento quando o trabalhador recebeu compensação. As regras de chantagem e de amordaçamento dos trabalhadores mantêm-se e são um instrumento fundamental da estratégia patronal para o pós-crise pandémica: a substituição de trabalhadores com direitos por trabalhadores precários.

O sucesso ou insucesso da recuperação decide-se na criação de emprego e na qualidade do emprego existente. No imediato, é preciso uma moratória que impeça despedimentos em empresas com lucros. Para além disso, o Bloco assume como prioritária, no quadro da negociação do próximo Orçamento, a alteração das leis do trabalho. Não existirá recuperação do país sem resposta à injustiça provocada pela intermediação do trabalho (empresas de trabalho temporário, outsourcings), pela caducidade da contratação coletiva ou pela manutenção dos cortes nas pensões de reforma de quem tem 40 ou mais anos de carreira contributiva. Trabalhadores que tiveram carreiras contributivas longas (com mais de 40 anos), trabalhadores por turnos ou trabalhadores com deficiência devem ver anulados os cortes nas suas pensões.

4.

Cortes de abastecimento de gás a partir da Rússia, apagões no Paquistão, paragens de indústrias britânicas ou chinesas intensivas em eletricidade - siderurgia, fertilizantes -, com riscos maiores no plano agrícola e industrial, pressão inflacionista e aumento da pobreza. O espectro da crise energética assola o mundo, demonstrando a necessidade de acelerar a transição para fontes renováveis e de impor o controle público dos recursos estratégicos na energia.

A alta do preço do gás é fruto da maior procura industrial após a pandemia, bem como do maior consumo em época de fenómenos climáticos extremos e ainda de disputas imperiais. Esta escalada ameaça a economia mundial, que continua dependente de energias fósseis. Na Europa, a privatização do setor energético e o modelo de mercado elétrico existente colocam a faca e o queijo na mão do oligopólio. A promessa de uma crise passageira é desmentida pelas previsões do próprio mercado e pela permanência da crise climática. Porém, em face desta tempestade perfeita, os governos mostram-se paralisados diante dos interesses dos gigantes da energia, únicos beneficiários desta conjuntura.

No caso português, o governo não admite sequer medidas corretivas do tipo das tomadas pelo governo socialista espanhol. Em vez de abater os extraordinários ganhos proporcionados às elétricas sob esta conjuntura, o governo tenta conter os danos sem tocar naqueles interesses, optando por desviar do Fundo Ambiental largas dezenas de milhões de euros que, em vez de dirigidos a medidas de promoção da transição energética, são dedicados a permitir manter o jackpot das elétricas. Com estas medidas, o governo alivia o cidadão-consumidor mas onera-o enquanto contribuinte, ao desviar receita pública para manter lucros privados.

O Bloco tomará iniciativas no plano político, social e legislativo com vista a confrontar o governo com as suas prementes responsabilidades neste terreno.